

***“As matas são finitas”: a visão de frei Velloso em O Fazendeiro do Brasil
sobre a Mata Atlântica***

Carlos Engemann
Programa de Mestrado em História
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)
Rua Marechal Deodoro, 263 – Centro
24030 060 – Niterói, RJ – Brasil
carlos.engemann@gmail.com

Rogério Ribeiro de Oliveira
rro@puc-rio.br

Resumo

Em 1798 o frei José Mariano da Conceição Velloso lançava a obra *O Fazendeiro do Brasil*. Classificando de primitiva a agricultura brasileira, Velloso despreza o arcaísmo das relações sociais e os seus desdobramentos no processo produtivo. O desperdício, seja de recursos naturais ou humanos, era visto como formas de fartura e prodigalidade. Com relação aos recursos naturais, o autor condena veementemente a destruição do patrimônio natural, apontando as consequências ambientais e econômicas. Trata-se de uma das primeiras vozes contra o sistema espoliativo colonial.

Palavras-chave: manuais de agricultura, agricultura colonial, recursos florestais, história colonial

Abstract

In 1798 Frei José Mariano da Conceição Velloso launched the book *O Fazendeiro do Brasil*. Besides classifying Brazilian agriculture as primitive, Velloso despises the archaism of social relations and their deployment in the production process. The waste, whether natural or human resources, was seen as forms of plenty and prodigality. With respect to natural resources, the author strongly condemns the destruction of natural heritage, pointing out the environmental and economic consequences. This is one of the first voices against the exploitative colonial system.

Key words: agricultural manuals, colonial agriculture, forestry, colonial history

Frei Velloso, o arcaísmo e o desperdício de recursos

No dia 13 de junho de 1811, os sinos do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, hoje situado junto ao largo da Carioca, repicaram anunciando a morte de um de seus moradores. Era o frei José Mariano da Conceição Velloso. Morria então um homem que, embora não tenha sido formado nos bancos acadêmicos das universidades europeias, logrou adentrar no círculo da Academia Real das Ciências de Lisboa e trabalhar no Real Museu e Jardim da Ajuda. Sua trajetória intelectual revela o caráter

eclético do seu autodidatismo: estudou filosofia e teologia no Rio de Janeiro, lecionou geometria e história natural em São Paulo e no Rio. Em 1790, muda-se para Lisboa, onde trabalha no Museu da Ajuda, e só retorna ao Brasil pouco depois da vinda da Família Real, ainda na esteira das invasões napoleônicas.

Natural da capitania de Minas Gerais, comarca do Rio das Mortes e primo de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), Velloso foi encarregado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa de viajar, entre 1783 e 1790, pela província do Rio de Janeiro preparando uma coleção de espécies naturais do Brasil, a ser remetida ao Real Museu e Jardim da Ajuda. Esses anos forjaram elementos importantes na biografia de frei Velloso. A preparação de um de seus mais conhecidos trabalhos, a *Flora Fluminensis*, e com a sua ida para Portugal abriram-lhe as portas para o trabalho de editor e tradutor de obras científicas. O contato com Rodrigo de Souza Coutinho o colocou à frente da Casa Literária do Arco do Cego, que embora tenha tido uma vida curta, foi amplamente profícua.

É possível que tenha começado aí o seu contato com textos agrícolas ingleses, americanos e franceses, que moldaram a sua interpretação da agricultura colonial brasileira. Dessa interpretação certamente nasceu o seu outro grande trabalho, menos conhecido, mas igualmente importante: *O fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*, de 1798. Trata-se de uma compilação de textos de vários autores, por ele considerados modernos e ilustrados, sobre agricultura, além de seus próprios comentários e avaliações. Tendo assumido o próprio Velloso o tom ilustrado tão em voga, desferiu duras críticas às formas brasileiras de fazer agricultura.

A exemplificar o caráter moderno e ilustrado da obra está o tomo 1 da primeira parte (apresentado a seguir), que mostra não apenas a sua grande preocupação com o desperdício de recursos naturais bem como já começa a apontar sua consternação com o desperdício de trabalho. Classificando de primitiva a agricultura brasileira, Velloso despreza o arcaísmo de nossas relações sociais e os seus desdobramentos nas particulares formas de fazer do trabalho agrícola. Por isso comenta com veemência que melhor seria se os agricultores brasileiros substituíssem os escravos, também chamados por ele de *racionais*, pelos animais de carga, ou *irracionais*.

O que Velloso não considerou certamente é que o *status* advindo da posse de homens era, sem dúvida, maior que o de possuir bestas. Possuir gentes era, então, por

certo mais socialmente atrativo do que a poupança financeira advinda da sua substituição pelos irracionais. Com todas as vantagens operacionais apontadas por Velloso, a escravidão ainda mantinha seus atrativos de ordem imaterial. De um modo geral, o próprio desperdício, que na alma arcaica se traduz por fartura e prodigalidade (KULA 1979, 42), é um elemento fundamental para a auto-imagem da elite senhorial luso-brasileira.

É exatamente aí que o arcaísmo das relações sociais da colônia entra em choque com a ilustrada visão de Velloso, mais pragmática e assentada na técnica e na rentabilidade. Por isso, é a partir de um ponto de vista absolutamente técnico e pragmático que Velloso se consterna com o aparente desperdício do trabalho agrícola no Brasil. Evocando autores europeus, chama a atenção de que mecanismos modernos de trato agrário poderiam facilmente substituir “cem pretos” (VELLOSO, 1798, 26). Economizar “cem pretos” seria, a rigor, desperdiçar cem oportunidades de exercer e espelhar mando e poder. Numa sociedade de geopolítica precisa, isso seria um equívoco. O projeto arcaico que atraía investidores para setores específicos da economia, a partir dos quais poderiam viver de rendas, mesmo que menos rentáveis, como observado por Ribeiro e Florentino (2001) também se revela em outra esfera da vida econômica e social: a posse de gentes.

No entanto, mesmo que em descompasso com o projeto arcaico dos homens bons em geral, o manual agrícola de frei Velloso estabeleceu um marco fundamental na tradição de escrita de roteiros indicativos de como se estabelecer no meio agrícola brasileiro, que vai florescer no século XIX, com especial atenção ao cultivo do café. Outros o seguirão, como Carlos Augusto Taunay, por exemplo, mas em nenhum deles o ecletismo de atividades possíveis e a perspectiva modernizadora se fará sentir de modo tão acentuado, quanto no *O Fazendeiro do Brasil*.

Os manuais agrícolas no Brasil colonial

Primeiramente é preciso contextualizar o papel de Velloso no quadro da aquisição de conhecimentos agrícolas da colônia. A emergência deste tipo de literatura evidencia uma tentativa de coletar e sistematizar os diversos conhecimentos empíricos espalhados pela cultura medieval de povos de distintas origens (Winiwarter 2000). Um bom exemplo é *O Livro da Agricultura*, obra hispano-árabe de Ibn al-‘Awwâm, composta em Sevilha em 1248. Por outro lado, o aparecimento de um número maior de

manuais de agricultura a partir do século XVIII constitui um pano de fundo para programas de restauração da agricultura e que vinha de encontro à expansão colonialista de diversos países europeus. As profundas mudanças no padrão de consumo e alimentação na Europa dos séculos XVIII e XIX não foram fortuitas, mas consequência direta do desenvolvimento de imensos aparatos técnicos e humanos destinados à relação entre os centros metropolitanos e as áreas colonizadas (Mintz 1985).

Quando o uso da terra deixou de ser dirigido exclusivamente para uma agricultura de subsistência, caracterizada por constante deslocamento tanto de pessoas quanto de roças para se transformar em uma indústria agrícola, novas práticas tiveram que ser adotadas no sentido de se fazer frente ao rápido desgaste do solo utilizado. Na realidade, durante muito tempo, a agricultura permanente foi baseada no imenso estoque de terras florestadas, seja para utilização como fonte de madeira e combustível, seja como alternativa a terras desgastadas pela erosão e pela redução de fertilidade. Tanto no ciclo da cana de açúcar quanto, mais tarde, no do café, o estoque de florestas disponível constituía a alternativa mais fácil à redução da produtividade gerada pela depleção de nutrientes no solo.

Ao longo do processo de organização e sistematização do conhecimento agrônômico voltado para as características do Brasil, um fato é relevante: o primeiro manual brasileiro de agricultura apareceu três séculos depois da implantação do cultivo da cana no país. Ou seja, todo o conhecimento disponível pelos agricultores era proveniente da tradição oral, da experiência ou de manuais europeus, importados. Não há qualquer referência positiva nos manuais agrícolas do período colonial às técnicas agrícolas utilizadas pelos índios. A visão dominante por parte do europeu a respeito dos solos da Mata Atlântica era de que os mesmos eram ricos, mas os conhecimentos agrícolas dos indígenas eram primitivos e rudimentares. A paradoxal representação que o colonizador tinha do novo continente era a de um paraíso habitado por demônios.

O primeiro manual de agricultura brasileiro (*Cultura e Opulência do Brasil*) foi escrito em 1711, pelo jesuíta André João Antonil. No entanto, duas semanas após sua publicação, toda a edição foi confiscada e queimada (exceto três ou quatro exemplares) pela Coroa, que temia a divulgação no exterior das riquezas do país. Somente em 1837 (ou seja, 126 anos após o lançamento), Frei José Mariano da Conceição Veloso promove uma reedição do mesmo. Assim, qualquer influência que a obra de Antonil

teve sobre os agricultores chegou com mais de um século de atraso e cerca de três séculos em relação ao início do cultivo da cana e produção de açúcar no país.

A visão de Mata Atlântica no Manual do Fazendeiro

À época de Antonil, o cultivo da cana encontrava-se no apogeu, abrangendo uma grande parte do bioma da Mata Atlântica, o que levou a uma severa alteração nos seus limites e na sua estrutura. A dependência de um engenho em relação à Mata Atlântica era muito grande, já que a lenha era praticamente o único insumo energético desta agro-indústria. Com relação ao uso das florestas Antonil (1711), dentro da mentalidade da época, percebe-a como um recurso inexaurível:

O alimento do fogo é a lenha, e só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar, como fartou por tantos anos, e fartará nos tempos vindouros, a tantas fornalhas, quantas são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que comumente moem de dia e de noite, seis, sete, oito e nove meses do ano.

Essa visão em relação ao uso das florestas muda substancialmente com o tempo. Velloso pode ser considerado como o criador de um novo paradigma em relação à Mata Atlântica. No prefácio do Tomo I (parte 1), Velloso refere-se claramente à insustentabilidade do sistema de plantio baseado na exploração maciça da Mata Atlântica:

Mas porventura a Natureza será tão liberal na produção destas matas preciosas, que suposta a sua abundância nos reais domínios de Vossa Alteza, possam satisfazer as nossas necessidades presentes e à dos vindouros, sem economia alguma e sem o receio de virem a faltar no futuro? Certamente a devemos recluir, pela continuação do presente sistema praticado no Brasil, onde no futuro pode tornar-se difícil este caro e precioso donativo da Natureza. (...) A pobre Natureza vigente, que supre a todas as nossas necessidades é anualmente assassinada nestas máquinas açucareiras, pela indiferença de seus donos. (...) Não há a abundância de matas que se apresenta à primeira vista. (pag. XV)

O valor da Mata Atlântica na opinião de Velloso vai além de sua utilização direta. Ele a percebe como um insumo insubstituível para a produção de açúcar e não

como algo que deveria ser meramente conservado intacto. Com este objetivo procurar melhorar a eficiência energética das fornalhas, visando a economia de lenha. Propõe um novo sistema de fornalhas que promoveria a economia de combustível (Fig.1).

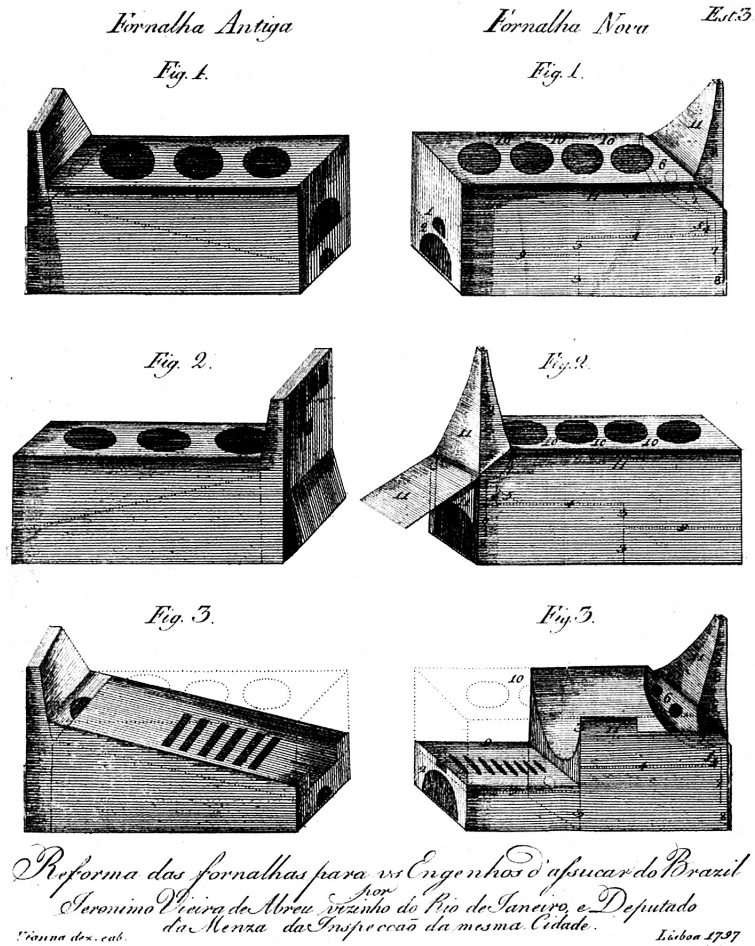


Figura 1: Projeto de reforma de fornalhas para fabricação de açúcar constante no *O Manual do Fazendeiro*, de frei Velloso (p. 195, tomo 1, primeira parte).

Velloso percebe ainda a inadequação do sistema de engenhos no que se refere à manutenção da fertilidade dos solos e chama a atenção para a possibilidade concreta da inviabilidade da produção caso prossiga a derrubada indistinta das florestas, associando uma coisa à outra:

As matas são finitas. Quantos engenhos de açúcar não têm deixado de existir pela falta deste combustível? A Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, foi chamada antigamente de sete engenhos; hoje tem apenas um, insignificante. Quantas fazendas se acham reduzidas a taperas, porque seus matos se converteram em sapezais e setais¹, pelo errado princípio da sua agricultura? ...

Cartago e Tróia não viram certamente maiores montes de cinzas quando foram arrasadas do que se vê nas roças do Brasil e com que se destroem essas importantíssimas e belíssimas matas atualmente (pág. XXII).

Demonstra também uma clara preocupação com a derrubada das florestas para atender às necessidades energéticas dos engenhos:

Não há outra lavoura, outro cultivo no Brasil senão derrubar matos. Que extensão de terra não tem sido descortinada por proprietários de engenhos para a construção das suas fábricas, para a plantação das suas canas, para a combustão das fornalhas de caldeiras e para a fabricação de suas caixas? Quantos lenhos preciosos não foram vítimas de suas mal construídas fornalhas? (pág. XVIII)

Velloso também relaciona a preservação das florestas à restauração da fertilidade dos solos, com benefícios para os canaviais:

Que proveito não resultaria dessa mudança sábia e prudente? As matas, que restam se conservariam e continuariam a dar os mesmos frutos que davam a seus primitivos possuidores: aves, quadrúpedes, madeiras e lenhas. Os campos vastíssimos até aqui reputados como infecundos se voltariam fertilíssimos; as terras que se dizem cansadas e estão reduzidas a sapezais e setais¹ tornariam a dar copiosas searas e ótimos frutos: não se precisaria de tanta extensão de terra para se fundarem fazendas lucrativas (pág. XXVII)

Considerações finais

O processo de aquisição e distribuição de conhecimento agrônômico por parte dos autores brasileiros do período colonial foi muito lento, embora o número de obras publicadas tenha sido significativo, ainda mais considerando-se que a primeira imprensa surgiu apenas em 1808, cerca de 280 anos após o início do plantio da cana no país. Até esta data existiam impedimentos legais para a remessa de livros ao país, sendo necessário se submeter a vários regimentos de censura. Portugal temia que a cultura e a circulação de idéias pudessem abalar o regime de estreita vinculação à metrópole inerente a seu modelo colonizador. Muitas pesquisas minuciosas, como as do frei José Mariano da Conceição Velloso, deixavam de ser publicadas. Eram guardadas em cofres da corte, evitando-se assim as prováveis usurpações da nova fonte de riquezas. O

¹ Velloso está se referindo às gramíneas exóticas *Imperata brasiliensis* Trin. (sapê) e *Tristachya leiostachya* Nees. (capim seta), espécies que ocorrem em terrenos degradados.

confisco e a queima da obra de Antonil na mesma semana de seu lançamento devem ser entendidos neste contexto de censura.

O mais forte ponto em comum entre autores como frei Velloso e autores subsequentes como o Marquês de Abrantes, Taunay ou o Barão de Pati de Alferes é a preocupação com a preservação das florestas. Estes autores percebem claramente que o sistema produtivo do açúcar ou do café não poderia se manter indefinidamente se as matas fossem destruídas. Além da reserva de madeiras úteis que as florestas representam, estes autores reconhecem que existe uma clara relação entre a conservação das florestas e fertilidade do solo e também com a manutenção dos cursos d'água. Sob este aspecto, a literatura agrônoma do período colonial brasileiro constitui o primeiro movimento de defesa da biodiversidade brasileira contra a forma espoliativa da exploração colonial.

Referências

- ANTONIL, A.J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve. 1711.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- GAMA, J.S.G., **Biographia e Apreciação dos Trabalhos do Botanico Brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C, 1869.
- KULA, W. **Teoria económica do sistema feudal**. Lisboa: Ed. Presença, 1979.
- SIDNEY, W. M. **Sweetness and Power: the Place of Sugar in Modern History**. New York: Penguin Books. 1985
- SILVA, I.; ARANHA, B. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, T. V, 54-57 e T. XIII, 122-127.
- WINIWARTER, W. Soils in ancient Roman agriculture: analytical approaches to invisible properties. In: H. Novotny, H. & M. Weiss, M. **Shifting boundaries of the real: making the invisible visible**. P. 141-154. Zurich: Hochschulverlag. 2000.
-